

João Pessoa - Número Dois - Novembro de 2000

O que pode a sociologia da literatura pela literatura? Ou: da separação entre as análises interna e externa

MARTA PRAGANA DANTAS

*Professora do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas
CCHLA - UFPb*

Resumo: O estudo da literatura em suas relações com a sociedade tem-se caracterizado historicamente pelo impasse diante da separação entre análise interna e análise externa. A noção de mediação surge, nos estudos literários, como tentativa de superação de tal dualismo, propondo um espaço intermediário entre o texto e a realidade social através do qual se daria o diálogo entre essas duas esferas. Mas a operacionalização do conceito de mediação nas análises propostas pelas diferentes abordagens teóricas do literário não possui uma unanimidade. Discutimos neste artigo algumas dessas abordagens que, baseando-se na noção de mediação, tentaram superar a separação entre leitura intrínseca e leitura extrínseca: o estruturalismo genético de Goldmann, a sociocrítica, a sociologia dos campos e a sociopoética.

INTRODUÇÃO

Se pararmos um pouco para observar, com um olhar retrospectivo, os princípios subjacentes aos vários discursos sobre a literatura, certamente perceberemos que toda uma tradição se encontra estruturada segundo uma lógica de paradoxos, de pares de oposições, de alternativas que se excluem mutuamente. Ou se defende a análise intrínseca ou se é partidário da leitura extrínseca; ou se faz crítica impressionista ou se é adepto do positivismo; ou se prega a crítica biográfica ou proclama-se a morte do autor; ou se adere à visão da obra como realidade autotélica ou adota-se o princípio de que a literatura é o espelho/reflexo da sociedade...

Herança das querelas que permearam a história literária ou influência da tradição filosófica ocidental, o fato é que essas dicotomias têm feito as vezes de camisa-de-força dos estudos literários, impondo-se na maioria das situações como aporias a toda tentativa de teorização em literatura. Uma breve visita ao sumário dos manuais de teoria da literatura e já se percebe o leque de questões obrigatórias, de, por assim dizer, lugares-comuns da teoria da literatura que todo interessado na área deve visitar, mal dissimulando-se as contradições em torno das quais se dilaceram os estudos literários.

Ora, em sua moderna acepção - isto é, enquanto disciplina que tem por objeto questionar, problematizar, organizar as práticas dos discursos sobre a literatura, a crítica e a história literárias (A. Compagnon, 1998: 18) -, a teoria da literatura vem-se preocupando exatamente com a questão de tentar superar tal pensamento polarizador que norteia essas oposições paralisantes.

Com relação à sociologia da literatura ou, num sentido mais amplo, ao estudo da literatura em suas relações com a sociedade, a dificuldade maior tem sido a de se superar a divisão que opõe a análise interna (ou formalista) e a externa (tributária de princípios explicativos exteriores à obra). O encontro entre as duas disciplinas - história literária e sociologia - na virada do século XIX para o XX, sob o signo do positivismo, instaura essa problemática, na medida em que o princípio da pesquisa de uma fonte ou modelo em relação ao qual se constrói o sentido da obra significa, na verdade, o recurso a um referente (externo, vale dizer) como princípio

explicativo.

Por outro lado, a trajetória percorrida pelas várias sociologias literárias evidencia o recurso a uma noção em comum: a de mediação. O conceito remonta à filosofia de Hegel, como categoria que tenta superar o dualismo ou aproximar pólos de uma dualidade. Na tradição hegeliana, ele é apropriado por Lukács nos estudos literários e em seguida por Goldmann. Mas se hoje há um consenso de que o estudo das relações entre o literário e o social não pode prescindir dessa noção, tal harmonia de opiniões desaparece quando se trata de operacionalizá-la.

Nossa discussão se dará, num primeiro momento, em torno de algumas tentativas teóricas ou de métodos que recorreram ao conceito de mediação para tentar superar a divisão entre as leituras interna e externa, e incorporar a dimensão textual, geralmente negligenciada, às análises "sociológicas" da literatura, normalmente acusadas de um certo reducionismo. Essa discussão nos levará (segundo momento) à sociopoética, cuja proposta se apresenta hoje como uma pista promissora de pesquisa sobre o assunto.

ALGUMAS TENTATIVAS DE SUPERAÇÃO: GOLDMANN, OS SOCIOCÍTICOS

Uma das primeiras propostas de superação dessa divisão veio da tradição marxista, que permitiu, na década de 1950, o surgimento de abordagens que pretendiam incorporar à sociologia da literatura a análise da dimensão textual. Nesse sentido, uma das abordagens mais férteis foi a de L. Goldmann, segundo a qual a relação entre o texto e a realidade social se daria através da noção de visão de mundo. Ou seja, trata-se de perceber a homologia entre a estrutura da visão de mundo do grupo social a que pertence o escritor e a estrutura da obra em questão, cabendo ainda ao estudioso trazer à luz o sentido profundo do texto através da análise de suas estruturas. A ênfase no estudo do texto em seus níveis semântico e estético conferiu à sociologia da literatura uma complexidade até então não alcançada (vide, por exemplo, Escarpit), abrindo pistas de pesquisa que mais tarde seriam desenvolvidas (principalmente pelas várias correntes da sociocrítica).

No entanto, uma das principais críticas feitas aos trabalhos de Goldmann, que diz respeito à operacionalização das categorias de análise, mostra o comprometimento de seu método com a divisão entre leitura interna e externa. Ele não teria conseguido, em suas análises, superar a oposição entre as dimensões interna e externa do texto, na medida em que as categorias com que trabalhava findavam por reduzir o texto literário à visão de mundo do autor, ou seja, de sua classe social de origem. Retorna-se assim ao ponto de partida: a sociologia da literatura prisioneira da análise externa.

Essa questão seria mais evidente no estudo de obras da época moderna, quando o princípio de uma homologia texto-classe torna-se bastante redutor diante de uma estrutura social bem mais complexa. É esta a crítica que, por exemplo fazem Jacques Dubois e Pascal Durand (1988: 7). Para eles, apesar das homologias convincentes que foram evidenciadas, os trabalhos de Goldmann e Eric Koehler deixaram entrever:

"que o postulado de uma homologia textos-classes não podia dar conta de todas as situações e, em particular, que se revelava dos mais problemáticos de ser verificado a cada vez para as produções estéticas da época moderna. É que, ao mesmo tempo em que o corpo social ganha em mobilidade e em complexidade, a esfera das letras afirma, na ordem burguesa e na economia de mercado, uma autonomia inédita, cujas questões e efeitos essenciais consistem em mediar sua ligação com o campo global." (trad. nossa) ^[1]

Apesar das críticas, a complexidade do método de Goldmann, a importância que confere às estruturas profundas da obra, bem como a percepção da relação entre o literário e o social em termos de mediação - a noção de visão de mundo seria uma mediação -, deixaram uma herança bastante fecunda nos estudos literários, que seria posteriormente aprimorada por outros estudiosos. Surge assim, no final dos anos 60, uma série de iniciativas, a princípio isoladas, sempre no sentido de tentar superar o hiato entre o intra e o extra-textual, mais conhecidas sob o nome de sociocrítica (termo introduzido por C. Duchet para designar um conjunto de problemas, um espaço de pesquisa a ser explorado).

Nascidas sob o signo da pluralidade de noções e concepções - ainda que se insiram dentro da herança marxista dos estudos literários -, as várias correntes sociocríticas possuem como denominador comum a busca do "acerto final" entre uma sociologia dos conteúdos, que negligenciava a dimensão estética da obra ao priorizar o estudo temático, e uma poética dos textos, que descartava a dimensão social (C. Duchet, 1979). Tratava-se antes de tudo de apreender a socialidade do texto ("*la socialité du texte*") sem no entanto cair na armadilha da análise de conteúdos; a dimensão textual (ou estética) constituiria o ponto para onde convergiria o estudo da dimensão social do texto. Assim, a bandeira de luta da sociocrítica era não perder de vista, nas abordagens "sociologizantes", os processos de textualização e estetização.

A expressão socialidade do texto seria aqui entendida em dois sentidos: 1) a inscrição do social no texto, que assume formas diversas, contraditórias, ambivalentes (cabendo à sociocrítica estudar a forma como esse social emerge no texto); 2) na aceção de que o texto produz um sentido novo, transforma o sentido que o autor pretende simplesmente inscrever, deslocando os regimes de sentido, produzindo algo de novo; o não-dito, o não-formulado, as contradições, os brancos... a partir dos quais emerge um novo sentido (R. Robin, 1993: 7). A inserção do social no texto seria vista como um processo de textualização de discursos sociais, interessando ao analista desenvolver noções e conceitos que permitam apreender a forma como os discursos sociais são transformados e redimensionados no e pelo texto.

Uma série de noções foram dessa forma desenvolvidas com o intuito de se construir um espaço de mediações que permitisse analisar esse processo de transformação do discursivo em textual, bem como suas implicações ideológicas. R. Robin (1997) elenca assim essas noções: co-texto, extra-texto ("*le hors-texte*"), discurso social, sociograma, informação, índice, valor, projeto ideológico, quadro ideológico inicial, ideologia de referência, ideologia do texto. Não cabe neste espaço discutir tais noções, nem queremos, citando-as, passar a idéia de que as abordagens sociocríticas giram todas em torno desse conjunto. Cada uma delas possui o seu próprio leque conceitual, de acordo com a concepção do autor quanto às instâncias de mediação. Para C. Duchet, por exemplo, a noção de sociograma, por ele introduzida, possui essa função de mediação; para M. Angenot, a mediação seria dada pelo discurso social. Já para P. Zima, a passagem do discursivo ao textual seria balizada pelas noções de socioleto, de discurso - via Bakhtin - e pela semiótica discursiva de Greimas.

Em que pesem as várias tentativas das correntes sociocríticas em tornar operacionalizáveis esse conjunto de noções e conceitos no intuito de dar conta da passagem do fato social para o fato literário, tais correntes continuam ainda, em sua grande parte, reféns do pensamento teórico que, para ir mais longe, precisa antes passar pela separação entre o intra e o extra-textual. Na verdade, é evidente que essa separação possui seus méritos metodológicos; não é isso que queremos questionar. Menos evidente, no entanto, é a opacificação que ela findou por operar, ao longo da tradição dos estudos literários, na compreensão do fenômeno literário

como produto não só de um agente-escritor, mas de uma série de outros fatores mediatos.

Assim, ao se falar em termos de realidade intra-textual e extra-textual, finda-se por identificar o extra-textual à sociedade ou realidade social. Ou seja, o que não é texto é chamado de realidade social, o passo seguinte sendo o estudo da relação entre a sociedade e o texto. Na verdade, o problema reside exatamente nessa apreensão direta, imediata, da relação entre os dois elementos em questão - o texto e a sociedade -, quando de fato o fenômeno literário acontece, reproduz-se, é superado, ou seja, vive num espaço social específico, sendo através deste que se dá a sua relação com outros espaços da realidade social.

Quando a sociocrítica prioriza, por exemplo, a dimensão social no texto, em detrimento da dimensão social do texto; quando se interessa pelo estatuto histórico no texto e não pelo estatuto histórico do texto (R. Robin, 1993: 10), ela finda por romper com a cadeia de fenômenos dentro da qual se insere o fato literário, desvinculando o sentido do texto de suas condições sociais de produção. Ademais, uma análise mais acurada apontaria para o fato de que a sociocrítica termina, em última instância, se não identificando ao menos subsumindo o social à noção de discurso social (ou formações discursivas), tornando-se finalmente refratária, em suas análises, à idéia de que a literatura inscreve-se num espaço social - específico, é verdade, mas que transcende às potencialidades analíticas da categoria de discurso social. O discurso social, como bem lembra A. Viala (1993: 192), constitui um aspecto de primeira ordem, já que o texto literário é discurso e, por sua socialidade fundamental, é discurso social; mas não seria o único aspecto, pois o texto literário entra numa série de correlações (econômicas, materiais, simbólicas).

Apesar de a problemática ter-se tornado mais complexa ao longo de todos esses anos, assumindo contornos bem mais sutis, a questão persiste na teoria da literatura de como abordar o diálogo entre a literatura e a sociedade, sem para tanto resvalar em posturas que ora reduzem o texto, ora excluem o social. As dificuldades encontradas devem-se em parte à própria condição fronteira dos estudos em sociologia da literatura (poderíamos dizer sociocrítica, sociopoética, sociosemiótica, análise sociológica do discurso literário...), cujos contornos são fluidos, dificultando a delimitação de seu próprio objeto de estudo. Esse obstáculo é tanto maior quando se sabe que várias noções utilizadas na prática e na teoria literárias, tais como valor estético, literariedade, literatura, entre outras, ainda não estão estabilizadas, sendo objeto de debates e discórdias entre os especialistas da área.

Por outro lado, o próprio estudioso que se debruça sobre a questão - profissional das letras ou sociólogo em sua grande maioria - precisa enfrentar as especificidades dessa área fronteira superando as lacunas deixadas pela estrutura do campo intelectual - principalmente o acadêmico - em sua formação. Para o sociólogo, por exemplo, se ele não quiser cair no empirismo em suas análises, trata-se de absorver todo um aparato teórico e abordagens críticas que lhe permitam apropriar-se do texto literário; igualmente para o profissional de letras, que precisará apropriar-se dos procedimentos utilizados na pesquisa em sociologia.

A SOCIOLOGIA DO CAMPO OU DA INSTITUIÇÃO LITERÁRIA

É ainda na década de 1960 que a teoria dos campos de P. Bourdieu se desenvolve, pretendendo "*escapar à alternativa da interpretação interna e da explicação externa, diante da qual se encontram colocadas todas as ciências das obras culturais, história social e sociologia da religião, do direito, da ciência, da arte ou da literatura*" (Bourdieu, 1992: 254 - trad. nossa). Em 1966, ele publica na revista **Les Temps Modernes** um artigo intitulado "*Champ intellectuel et projet créateur*",

onde primeiramente expõe sua teoria, que coloca em relação o processo de concepção de uma obra de arte e o espaço social em que é produzida.

Bourdieu recoloca o problema da relação entre a literatura e a sociedade segundo uma lógica relacional (que privilegia as relações objetivas) – em oposição ao pensamento substancialista, que prioriza as diferentes realidades sociais, consideradas em si mesmas e para si mesmas (1992: 155)^[21]. O pensamento relacional vai orientar toda a sua teoria, constituindo uma escolha metodológica que rompe com a tradição teórico-crítica dos estudos literários.

Relação, portanto. A obra passa a ser compreendida dentro de suas condições sociais de produção, dadas pela estrutura do campo literário num determinado momento. A noção de campo seria definida assim como um sistema de relações objetivas constituinte do espaço de concorrência que opõe diferentes agentes, cujas posições e tomadas de posição dentro do campo seriam função de fatores como trajetórias pessoais e sociais, disposições, escolhas dentro dos espaços dos possíveis. A posição ocupada por um autor no campo de produção está associada à trajetória social que o conduziu a essa posição: por um lado, a gênese e a estrutura do espaço social específico no qual ele está inserido e onde seu projeto artístico se formou; por outro, a gênese das disposições ao mesmo tempo genéricas e específicas, comuns e singulares, que ele trouxe consigo para essa posição (Bourdieu, 1992: 269).

A análise da obra e de suas condições de produção passaria assim, sempre de acordo com uma lógica relacional, pela análise das relações entre os diferentes agentes engajados na vida intelectual (autores e críticos, autores e editores...); mas implicaria também no exame das relações objetivas, bem menos evidentes estas, entre as posições relativas que uns e outros ocupam no campo, ou seja, na análise da estrutura que determina a forma das interações (Bourdieu, 1992: 255-256).

O campo literário seria portanto uma instância mediadora (não a única, mas certamente a principal) entre as esferas social e textual. A sociedade agiria sobre a obra, sim, mas de forma indireta, através da mediação do campo - na medida em que a estrutura do campo é susceptível de sofrer mudanças determinadas por fatores externos. E mudanças na estrutura do campo são mudanças nas regras do jogo - ou da arte.

O redimensionamento teórico que representa a teoria dos campos abriu uma importante pista de estudo, favorecendo análises que tentam operacionalizar as noções desenvolvidas por Bourdieu. Temos, por exemplo, já em 1977, a tese de doutorado de Rémy Ponton (dirigida pelo próprio Bourdieu) **Le champ littéraire en France de 1865 à 1905: recrutement des écrivains, structures des carrières et production des oeuvres**. Trata-se de um dos primeiros estudos a utilizar de forma sistemática o arsenal teórico de Bourdieu, aplicando-o a um período específico da vida literária na França. O autor faz um profundo mapeamento da estrutura do campo literário (romance, poesia e teatro) que envolve as trajetórias, disposições, estratégias posições e tomadas de posição de 616 escritores. Nessa mesma linha inserem-se os trabalhos de Christophe Charle^[31], cujo interesse se volta para o estudo da estrutura dos campos cultural, político e literário do final do século XIX, e a crise literária que caracteriza essa época.

Esses estudos, no entanto, situam-se na esfera da sociologia dos campos voltada para a análise de fenômenos, autores, situações. A análise propriamente textual, o estudo empírico de uma obra que levasse em conta a sua dimensão estética, este aspecto não é tratado na maioria dos trabalhos que seguem a linha de Bourdieu. O próprio Bourdieu, inclusive, não foge a essa regra. Ao propor em **Les Règles de**

l'art o estudo de "*L'Éducation sentimentale*" de Flaubert, pretende mostrar o funcionamento de sua teoria inclusive na análise do texto enquanto construção estética. Mas é exatamente esse o ponto vulnerável de seu extenso volume, que tem recebido reiteradas críticas de seus pares por não conseguir, no fundo, realizar na análise aquilo a que se propõe no seu discurso teórico.

A teoria dos campos constitui-se num instrumental bastante completo para explicar a inserção do texto ou obra no espaço social. No que se refere à inscrição do social no texto, no entanto, ela precisaria ter suas hipóteses aprofundadas, retrabalhadas no sentido de penetrar, de fato, na dimensão textual.

Outro aspecto relevante da teoria dos campos diz respeito à visão do espaço literário como um conjunto de práticas se autodefinindo e auto-regulando, ou seja, a visão da literatura como instituição, como prática que diz respeito não só ao escritor, mas ao conjunto de agentes envolvidos na produção, reconhecimento e consumo dos bens simbólicos. A produção literária de uma dada época e sociedade seria assim o resultado de práticas, pressupostos, concepções erigidos em valores e reconhecidos enquanto tal pela coletividade. Semelhante concepção não deixa de ter seus reflexos na própria pesquisa literária, que passa a refletir sobre as hipóteses, pressupostos e subentendidos que temos, "muitas vezes explícitos, mas na maioria das vezes implícitos a partir do momento em que começamos a falar de um poema, de um romance, ou de qualquer livro entre profissionais, mas igualmente entre amadores" (A. Compagnon, 1998: 277).

A teoria da literatura investe-se assim de uma função metacrítica, enquanto reflexão crítica dos discursos sobre a literatura.

A LITERATURA É UM PRISMA

Dando continuidade à teoria do campo literário de Bourdieu, mas justamente tentando retrabalhá-la na direção do texto, A. Viala traz uma importante contribuição ao propor aquilo que ele chama de sociosemiótica: um conjunto de procedimentos que permitam tanto ao sociólogo quanto ao profissional das letras analisar o texto segundo as exigências lógicas de suas áreas de investigação, engajando-se num trabalho de estudo da significação segundo um protocolo científico (A. Viala, 1993: 156).

Sob essa denominação, ele alia duas disciplinas: a poética e a sociologia literária. Poética como disciplina que estuda um aspecto crucial do literário - a arte das formas -, lidando portanto com um domínio de variáveis a partir do qual se pode definir a concepção de literatura em dada época e em determinada sociedade. Mas poética ainda naquilo que ela permite extrapolar o literário e analisar o funcionamento das formas que assumem os gêneros em outros espaços que não o estritamente literário, depreendendo daí os diferentes significados que elas assumem conforme incluídas ou não no espaço literário (A. Viala, 1993: 155).

A sociopoética se define em dois planos complementares: do ponto de vista das macroestruturas, ela constitui a análise do valor social dos gêneros e formas; e, no nível das estruturas particulares dos textos, ela consiste na análise da construção dos efeitos estéticos e ideológicos ligados ao valor social das formas segundo os diversos estados da poética, que correspondem, por sua vez, aos diversos estados de sociedade (A. Viala, 1993: 155). Esse diálogo entre uma poética das formas e uma sociologia literária não se limita, no entanto, somente aos domínios compreendidos por essas duas disciplinas; possui desdobramentos em campos vizinhos como os da semiótica, da história e da sociologia em geral.

O texto, assim, não é tomado como um fim em si mesmo, mas entendido como

parte integrante de uma cadeia de fenômenos, e é dentro dessa cadeia que o seu significado seria produzido. Esses fenômenos não se dariam apenas num sentido, o texto "recebendo influências" da sociedade. O texto é tomado dentro de um triplo movimento: recebe "influências" e reage, eventualmente, por resposta; exerce "influências" sobre outros aspectos da realidade social além daqueles que o influenciaram, havendo ainda fenômenos próprios ao texto, que se produzem nele, e dizem respeito apenas a ele (A. Viala, 1993: 189).

Inscrito assim numa cadeia de ações, o texto passa a ser percebido dentro de uma lógica de mediações - noção esta fundamental para o desdobramento da hipótese teórica de A. Viala. Na verdade, ele concebe a literatura como um prisma: complexo jogo de mediações - metáfora óptica para designar o efeito (prismático) das instâncias de mediação no texto literário. A preocupação aqui é justamente a de levar mais longe - ou para dentro do texto propriamente dito - os princípios da teoria de Bourdieu, tornando-os operacionalizáveis.

A relação entre o texto e a sociedade se daria de forma indireta, através de várias instâncias de mediação que, à maneira de um prisma com o feixe de luz, seriam responsáveis pela "refração" do social no texto. As inflexões que o prisma produz no raio dependem da forma e do material de que é feito; similarmente, as diversas concepções do literário segundo as épocas e as sociedades (o material), e os gêneros com suas "leis" e tradições (a forma) fariam as vezes de um prisma entre o texto e o conjunto das realidades sociais.

"A imagem do prisma [...] sugere um objeto com várias faces, que seleciona e modifica os raios que o atravessam mas cujo aspecto, luminosidade, são modificados pelo impacto desses raios." (A. Viala; 1988: 71 - trad. nossa)^[4]

Os efeitos de prisma dentro do texto são, portanto, efeitos de mediação; como são várias as mediações, várias também são as facetas do prisma. A língua, o gênero, o campo literário e o autor constituiriam os principais efeitos textuais de prisma. Principais porque outras instâncias poderiam ser ainda levadas em consideração, de acordo com o objeto de análise. Não seria pertinente enumerar de forma definitiva os prismas do texto, pois os mesmos são função do objeto de análise, e não o inverso.

Mas antes de avançar na discussão sobre as implicações do conceito de prisma para a questão que vimos perseguindo desde o início, passaremos rapidamente pela elucidação das quatro principais facetas do prisma. Para tanto, seguiremos o texto já citado de A. Viala.

- A língua. Os efeitos prismáticos da língua são tomados num duplo questionamento: que língua o autor está usando?; e que registro, que nível de língua? Pois adotar, por exemplo, determinado código e, em seu seio, um registro como base legítima da escrita literária significa designar uma categoria específica de destinatários possíveis e que compartilham com a mesma tomada de posição: considerar tal código e registro legítimos quando nem sempre eles o são dentro do espaço social.
- O campo literário. Constitui a mediação crucial entre a obra e as outras dimensões da realidade social. Mas, diferentemente da extensão que Bourdieu parece dar a sua proposição, a lógica do campo se manifesta também na própria factura ou textualidade da obra naquilo que ela possui de mais interno. A mediação do campo literário se daria da seguinte forma: "a obra não fala diretamente do social, nem fala diretamente à sociedade; ela fala segundo o que as

estruturas do campo, no momento de sua enunciação, permitem, impõem e proíbem"¹⁵¹.

- O gênero. Cada gênero possui suas normas, suas "leis", suas tradições, privilegia certos assuntos e veta outros - é em função desses códigos que o texto se dirige aos seus leitores, e é também em função deles que eleger determinadas categorias de destinatários.
- O autor. O prisma constituído pelo autor implica duas dimensões ou realidades: o imaginário, a psiquê individual do escritor; e uma dimensão propriamente social: as formas e conteúdos dos escritos de um autor são função de sua posição no campo literário e no campo social, e variam segundo a sua trajetória.

Não haveria uma prioridade de um prisma sobre o outro; de acordo com o objeto, determinada mediação pode ser mais pertinente do que outra para a análise. Na verdade, as mediações encontram-se imbricadas umas às outras, o estatuto de determinado gênero, por exemplo, sendo função de sua situação dentro de um estado específico do campo literário; ou ainda a trajetória familiar e social do autor influenciando na opção por determinado registro lingüístico.

Ao resumir, de forma um tanto esquemática, é verdade, os principais efeitos prismáticos, nosso objetivo foi tão-somente dar uma idéia, ainda que parcial, das principais mediações que constituem o texto e permitem perceber a inscrição do social em sua própria factura - não cabendo aqui uma exposição exaustiva sobre os procedimentos da sociopoética.

De fato, o projeto da sociopoética vai bem mais além nos desdobramentos e implicações dos efeitos prismáticos no e do texto, pois insere também em seu questionamento discussões atinentes a uma "sociopoética da recepção": a instituição do texto (que precisa se fazer aceitar, instituir-se) e a inscrição do destinatário, ou seja, a figura social do leitor que o texto supõe, selecionando, por essa via, seus destinatários privilegiados (tal noção de leitor suposto - "supposé" - não se confundindo com a de leitor implícito de Iser). Os efeitos prismáticos se dariam, assim, segundo as posições ocupadas pelo autor, pelo texto e pelo leitor.

Estamos assim diante uma complexa poética social dos textos, que concebe a relação entre a literatura e a sociedade em dois sentidos. O primeiro, mais evidente, supõe que a sociedade "age" sobre o texto conforme uma lógica de mediações. O segundo, do texto para a sociedade: ao escrever, todo autor antecipa-se em relação aos efeitos que a leitura produzirá, aos ganhos (reais e simbólicos) que dela podem resultar, gerindo na própria factura do texto - de acordo com as imagens, idéias, fantasmas que possui de seus possíveis leitores, do gênero, de si próprio... - as condições de sua recepção. Ademais, todo leitor, por sua vez, ao iniciar uma leitura também antecipa-se (ou faz "apostas"), consciente ou inconscientemente, sobre os efeitos e ganhos que espera obter (prazer, conhecimento, passatempo, etc), segundo a imagem que possui do autor, gênero, assunto... A significação se produz no cruzamento dessas duas antecipações, ou seja, naquilo que A. Viala chama de antecipações cruzadas.

BALANÇO

Pela sua extensão, o projeto da sociopoética pretende dar conta da inscrição social no texto e do texto. De acordo com um procedimento dedutivo, ela parte do texto, explorando-o segundo as perspectivas prismáticas já enunciadas, interroga os estados da língua, as estruturas do campo, dos gêneros, as trajetórias sociais dos escritores, formulando finalmente hipóteses e questões sobre a sociedade e seu estado histórico (A. Viala, 1993: 204).

Efeitos de prisma e antecipações cruzadas são assim duas noções que fundam a sociopoética e que marcam a sua diferença em relação às abordagens a que nos referimos anteriormente. Se a sociopoética não rompe com a distinção entre leitura interna e externa - seria cedo para afirmá-lo - ao menos ela caminha, ao nosso ver, no sentido de contorná-la. Como um nó górdio, o problema não foi resolvido, mas talvez se encontre superado. Pois, na verdade, as formulações teóricas da sociopoética precisariam ainda passar pelo teste de outras práticas de análise, além daquela empreendida pelo próprio A. Viala quando toma como objeto de estudo a coletânea de contos de Le Clézio **La Ronde et autres histoires**.

Surgida da necessidade de dar um melhor acabamento à teoria do campo literário na direção do texto, a noção de prisma tornou-se referência obrigatória em todo estudo que leve em conta a sociologia do campo literário. Talvez isso não signifique, por si só, a superação da divisão entre análise interna e análise externa. Mas certamente já diz muito do rendimento teórico do conceito.

CONCLUSÃO

Os estudos literários inscrevem-se hoje numa perspectiva que tende a diminuir a relevância ou pertinência da divisão um tanto simplificadora entre realidade extra e intratextual. Ela continua existindo, mas aos poucos vai cedendo lugar a outras distinções mais pertinentes para a compreensão do fenômeno literário, tais como campo de produção e campo de produção restrita, campo literário/campo cultural/campo do poder. Evidentemente há fenômenos que só dizem respeito ao texto e que portanto merecem o empenho de disciplinas especializadas no seu estudo. Mas tais fenômenos precisam ser postos em relação com outros espaços e práticas de sentido para que se evidencie o diálogo efetivo entre as esferas literária e social.

Essa perspectiva foi aberta pela teoria dos campos e da instituição, que, ao abordar a literatura de forma desmistificadora, como uma realidade social entre outras, procurava ao mesmo tempo libertar a teoria da literatura dos falsos dilemas do pensamento.

Não é outra a constatação de Bourdieu:

"(...) as tomadas de posição sobre a arte e a literatura [...] organizam-se por pares de oposições, geralmente herdadas de um passado de polêmica, e concebidas como antinomias insuperáveis, alternativas absolutas, em termos de tudo ou nada, que estruturam o pensamento, mas também o aprisionam numa série de falsos dilemas." (P. Bourdieu, 1992: 272 - trad. nossa)^[61]

A sociopoética entra em cena para complementar a perspectiva da abordagem institucional, ali onde esta se mostrou insuficiente: dar conta do texto. Ela retrabalha assim a teoria dos campos numa perspectiva que aponta para a textualidade, ao mesmo tempo em que engloba o fenômeno literário em suas várias esferas: produção, circulação e recepção. Projeto bastante amplo, é verdade, mas cujos resultados parecem promissores.

Resta às análises práticas da sociopoética, aliadas à sua função reflexiva ou metracrítica enquanto projeto teórico, decidir do lugar a ser ocupado por ela no conjunto dos discursos sobre o literário em suas relações com a sociedade.

Finalmente, convém uma explicação sobre o título deste artigo. Inicialmente concebido sob a forma "O que pode a sociologia pela literatura?" - bem mais inserido no espaço de uma revista dedicada às ciências sociais - foi alterado para a forma atual ("O que pode a sociologia da literatura pela literatura?") pela própria limitação e especificidade com que o assunto foi abordado. Mas é preciso confessar

que a fórmula faz eco a um artigo de Marc Angenot - "*Que peut la littérature ? sociocritique littéraire et critique du discours social*" - sobre um dos lugares-comuns mais visitados da teoria da literatura: o próprio conceito de literatura ou literariedade. Nele o autor afirma que, do ponto de vista teórico, a pergunta pertinente a se fazer não seria o que é literatura?, mas sim o que faz, o que pode a literatura?, o que ela sabe que não se saberia tão bem ou melhor alhures?, ou que outros campos discursivos não saberiam?, propondo com isto uma mudança de perspectiva na teoria literária.

Ou, se pensarmos com A. Compagnon, avançando no sentido de desvencilhar a teoria da literatura dos lugares-comuns e clichês que balizam o seu discurso.

É neste sentido que nosso título faz eco ao de Marc Angenot.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGENOT, Marc. (1992). "*Que peut la littérature ? Sociocritique littéraire et critique du discours social*". In : NEEFS, Jacques et ROPARS, Marie-Claire (dir.). **La politique des textes : enjeux sociocritiques**. Paris: Presses Universitaires de Lille, pp. 9-27.

BOURDIEU, Pierre. (1992). **Les règles de l'art: gènese et structure du champ littéraire**. Paris: Seuil.

COMPAGNON, Antoine. (1998). **Le démon de la théorie: littérature et sens commun**. Paris: Seuil.

DUCHET, Claude. (1979). "*Positions et perspectives*". In: DUCHET, Claude (dir.). **Sociocritique**. Paris: Nathan, pp. 3-8.

ROBIN, Régine. (1993). "*Pour une socio-poétique de l'imaginaire social*". **Discours Social/ Social Discours: analyse du discours et sociocritique des textes/ Discourse analysis and text sociocriticism** 5 (1-2): 7-32. Nº temático: Le sociogramme en question/Sociocriticism revisited.

VIALA, Alain. (1988). "Effets de champ, effets de prisme". *Littérature* (70): 64-71.

VIALA, Alain et MOLINIÉ, Georges. (1993). **Approches de la réception: sémiostylistique et sociopoétique de Le Clézio**. Paris: Presses Universitaires de France.

NOTAS

1) "*leurs travaux ont laissé entrevoir, malgré eux, que le postulat d'une homologie textes-classes ne pouvait rendre compte de toutes les situations et, en particulier, qu'il s'avérait des plus problématiques de le vérifier à chaque fois pour les productions esthétiques de l'époque moderne. C'est que, dans le même temps où le corps social gagne en mobilité et en complexité, la sphère des lettres affirme, en régime bourgeois et en économie de marché, une autonomie inédite dont l'enjeu et l'effet essentiels consistent à médiatiser son lien avec le champ global*".

2) O autor retoma a distinção feita por Cassirer entre "*pensamento relacional*" e "*pensamento substancialista*".

3) "*La Crise littéraire à l'époque du naturalisme: roman, théâtre, politique*" (1979); "*Naissance des intellectuels: 1880-1900*" (1990); "*Paris fin de siècle: culture et politique*" (1998), entre outros.

4) "*L'image du prisme [...] suggère un objet à plusieurs faces, qui sélectionne et modifie les rayons qui le traversent mais dont l'aspect, la luminosité, est lui-même modifié par l'impact de ces rayons*".

5) "*L'oeuvre ne parle pas directement du social, ni ne parle directement à la société, mais elle parle selon ce que les structures du champ, au moment de son énonciation, permettent, imposent et interdisent*". (A. Viala, 1993: 196).

6) "*(...) les prises de position sur l'art et la littérature [...] s'organisent par couples d'oppositions, souvent héritées d'un passé de polémique, et conçues comme des antinomies indépassables, des alternatives absolues, en termes de tout ou rien, qui structurent la pensée, mais aussi l'emprisonnent dans une série de faux dilemmes*".